



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva
Brasil

Ramos de Souza, Edinilsa
Saúde dos profissionais da segurança pública
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 18, núm. 3, 2013, p. 582
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63025680001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Saúde dos profissionais da segurança pública

O tema da Segurança Pública tem sido pouco abordado no âmbito da saúde pública brasileira, embora os índices de criminalidade e de violência em geral sejam alarmantes e demandem cada vez mais gestão do conhecimento, inclusive de conhecimento em saúde desses trabalhadores, visando à melhor adequação possível entre suas condições de trabalho e sua qualidade de vida. Contudo, essa temática tem sido tradicionalmente estudada muito mais pelas ciências sociais, cujo foco principal é a reconstrução da história das instituições policiais, seus vínculos com as elites dominantes e a insuficiência de suas ações para atender aos cidadãos.

Os policiais enquanto pessoas e como trabalhadores até então foram muito pouco enfocados do ponto de vista acadêmico e, particularmente, na área da saúde do trabalhador existe uma grande lacuna do conhecimento. Neste número temático temos a oportunidade de imergir no mundo da Segurança Pública com foco nas condições de vida e saúde dessa categoria de trabalhadores, dando ênfase à sua elevada vulnerabilidade a riscos, estresse e sofrimento mental. Ao dedicarmos um número específico deste periódico a um tema desta natureza, adotamos o conceito ampliado de saúde e abordamos os problemas mais frequentes desses profissionais.

Assim, buscamos identificar a extensão dos seus problemas de saúde física e mental, tais como os riscos de sofrer acidentes e violências no exercício das suas atividades, o estresse desencadeado pelo desempenho das tarefas, via de regra carentes das condições adequadas para o seu cumprimento e as “válvulas de escape” por meio das quais eles buscam reduzir os elevados níveis de tensão que vivenciam no cotidiano laboral. Também nos remetemos às subjetividades destes agentes públicos, buscando investigar suas percepções e representações sobre si próprios, sobre suas práticas, suas vivências familiares e sobre como suas atividades laborais afetam sua visão de mundo. A maioria das análises aqui apresentada é fruto de pesquisas empíricas inéditas e, em menor parte, de aprofundamentos analíticos e comparativos. Os estudos abarcam tanto os policiais civis como os policiais militares e trazem contribuições teóricas, estratégicas e práticas acerca de temas ainda muito pouco explorados como é o caso da valorização profissional do policial.

Os textos deste número temático também propiciam uma riqueza de pontos de vista, pois, de um lado, partem de distintas áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, psicologia, psicopedagogia, estatística, epidemiologia) e aportam contribuições dos próprios policiais; e de outro, incluem resultados de pesquisa de profissionais de várias instituições brasileiras como das Universidades Federais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; das Universidades Estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro, e da Fundação Oswaldo Cruz.

Este número temático é ainda uma oportunidade ímpar de reunir em uma publicação a produção de alguns membros do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã, que vem sendo apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

Esperamos que você, caro leitor, possa usufruir dos conhecimentos que os estudos aqui apresentados trazem e, acima de tudo, esperamos que as reflexões e propostas feitas nos artigos possam inspirar a melhoria da gestão dos problemas identificados e das políticas de segurança pública. Não podemos nos esquecer de que as instituições, inclusive as de Segurança Pública, são feitas por pessoas que precisam ter reconhecidos seus direitos, dentre eles o direito à saúde, garantido pela Constituição Brasileira.

Edinilsa Ramos de Souza

Editora convidada